

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011**

**RECURSOS INTERPOSTOS EM FACE DE QUESTÃO  
DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO Nº  
001/2011.**

Os Recursos em face de questão e do gabarito da prova objetiva escrita foram interpostos no prazo previsto de acordo com as normas do Edital, por concorrentes à vaga do cargo de **ADVOGADO** do Concurso Público nº 001/2011, nos termos do CAPÍTULO VII, do Edital nº 001, que contém as normas que disciplinam o referido certame.

**QUESTÃO CONTESTADA: nº 23 – Conhecimentos.  
Específicos, para ADVOGADO.**

Os(as) recorrentes, sob fundamentação e justificativa idênticas, requerem a anulação da questão, alegando a presença de duas alternativas iguais, sendo aquelas identificadas pela letra “B” e “D”. Como o gabarito contempla apenas uma alternativa (D), pugnam pela anulação da questão n. 23.

A questão n. 23 refere-se aos conhecimentos específicos para o cargo de Advogado e guarda consonância com o conteúdo programático mínimo anunciado no Anexo II, do Edital nº 001 que regulamenta o Concurso Público nº 001/2011, da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul (SC).

O gabarito preliminar publicado anuncia para esta questão, que a alternativa **correta** (incorreta, consoante o comando derivado do enunciado da questão) é aquela identificada pela letra D.

Resumidamente, estes são os fatos.

Na sequência a fundamentação e a decisão.

A questão número vinte e três, no caderno de provas, para Advogado, trata da reserva legal da União em legislar sobre licitações e trata da concessão de serviços públicos. Assuntos que devem ser de elevado conhecimento dos operadores do Direito com atribuições de assessoramento jurídico na Administração Municipal. Portanto, trata-se de assunto pertinente, conforme é adiante transcrita:

23) Analise as afirmações abaixo e, após, assinale a única alternativa correta, em relação a tais itens:

I. Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, bem como, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

III. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, as concessionárias poderão ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, sendo que o contrato de cessão dos créditos deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos para ter eficácia perante terceiros.

IV. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, dispensado o pagamento de indenização.

V. De acordo com a Lei 8987/95, não se admite a subconcessão do serviços públicos, devendo ser expressamente vedada pelo poder concedente, quando da elaboração do contrato de concessão.

- A) Estão corretas as alternativas I, II, III, IV, apenas.
- B) Estão corretas as alternativas I, II, III, apenas.
- C) Estão corretas as alternativas III, IV, e V, apenas.
- D) Estão corretas as alternativas I, II, III, apenas.

Em que pese a correção da questão contraditada, lamentavelmente, há um erro na distribuição das alternativas, apresentando duas com a mesma redação, e como agravante, as duas corretas. Poderia permanecer válida a questão, somente se o gabarito tivesse duas alternativas possíveis.

Consideradas a arguição dos(as) recorrentes e as exposições acima, o recurso é conhecido, sendo, no mérito, **provido**,

anulando-se a questão nº 23, da prova de Conhecimentos Específicos aplicada a todos os concorrentes à vaga do cargo de Advogado. Na correção da prova, a questão nº 23 será considerada como se correta estivesse, independentemente do que estiver anotado nos respectivos cartões de respostas. Tudo de acordo com as regras do Edital nº 001, do Concurso Público nº 001/2011, do Município de Santiago do Sul (SC).

Santiago do Sul (SC), em 08 de fevereiro de 2012.

**EXITO PROJETOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**  
**MICHAEL MEDEIROS**